

A ECONOMIA DO TRIGO NO RIO GRANDE DO SUL: BREVE HISTÓRICO DO CEREAL NA ECONOMIA DO ESTADO*

Argemiro Luís Brum**
Cláudia Regina Heck***

Resumo: O presente trabalho traz uma abordagem histórica da importância do trigo no Estado do Rio Grande do Sul e demonstra a atual posição da triticultura gaúcha, destacando a sua participação na produção brasileira. No início do processo de modernização da agricultura, na década de 1950, esta cultura foi o esteio econômico da Região Sul. Paulatinamente, com a redução dos subsídios e a consolidação do Mercosul a situação se agravou. A partir daí, colocou-se em xeque o desenvolvimento da cultura de trigo no Estado, bem como, no País. No entanto, considerando-se a capacidade produtiva existente, cristalizada na produção da safra de 2003, ganha importância a idéia de que, diante de políticas de fomento, a triticultura pode ainda se manter no Estado. Todavia, a elevação dos custos de produção internos, diante de uma produção argentina bem mais barata, praticamente tem eliminado a possibilidade de produção de trigo, em especial junto àqueles com menor área semeada. Em função disso, a triticultura

* O presente trabalho é resultado de uma primeira etapa da pesquisa "A Competitividade do Trigo Brasileiro Diante da Concorrência Argentina", desenvolvida junto ao Programa de Mestrado em Desenvolvimento, Gestão e Cidadania, no contexto da linha de pesquisa "Globalização, Integração Regional e Desenvolvimento". A mesma preocupa-se exatamente com a economia do trigo no Brasil à luz da concorrência argentina, considerando como hipótese de partida que o vizinho país, no quadro do Mercosul, inibe um maior desenvolvimento da triticultura brasileira.

** Professor do DECON/UNIJUI, doutor em Economia Internacional pela EHESS de Paris (França), coordenador e pesquisador do projeto de pesquisa "A Competitividade do Trigo Brasileiro Diante da Concorrência Argentina". E-mail: argelbrum@unijui.tche.br.

*** Economista formada pela UNIJUI – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Mestranda em Desenvolvimento, Gestão e Cidadania, pela mesma Universidade. Bolsista de Iniciação Científica FAPERGS. E-mail: clau.heck@ig.com.br.

Análise	Porto Alegre	v. 16	n. 1	p. 29-44	jan./jul. 2005
---------	--------------	-------	------	----------	----------------

nacional conta muito com a continuidade das pesquisas que obtenham variedades ainda mais adaptadas ao nosso clima e solo, visando o aumento da produtividade e, por conseqüência, da renda dos produtores rurais que se dispõem a produzir o cereal.

Palavras-chave: História. Produção. Comercialização. Mercado. Preços.

Abstract: The present work brings a historical approach of the importance of the wheat in the State of Rio Grande do Sul and shows to the current position of the State's wheat culture, emphasizing its position in the Brazilian production. This culture was the economic base of the Southern region of Brazil, in the beginning of the process of modernization of agriculture, in the decade of 1950. Gradually, with the reduction of the subsidies and the consolidation of the Mercosul the situation is aggravated. From then on the development of the culture of wheat in the State, as well as in the country, faced great difficulties. However, considering the existing productive capacity, crystallized in the production of the 2003 harvest, gains importance the idea that, ahead of promotion policies, the wheat culture can still be developed in the State of Rio Grande do Sul.

Key words: History. Production. Commercialization. Market. Prices.

JEL Classification: Q18 – Agricultural policy. Food policy.

1 Introdução

O cereal trigo tem uma importância significativa na alimentação da humanidade. Os registros sobre o surgimento desta cultura datam de antes de Cristo. Com o passar dos anos, a tecnologia de produção deste cereal disseminou-se pelo mundo. No Brasil, o mesmo se desenvolveu com a vinda dos colonizadores europeus para o continente americano. A região Sul do Brasil apresentou as melhores condições para o desenvolvimento do cereal em relação às outras regiões brasileiras, sendo o Rio Grande do Sul pioneiro na produção de trigo em escala comercial e industrial¹.

O seu real desenvolvimento no Estado ocorreu a partir de 1950, com o processo de modernização da agricultura, através da incorporação de máquinas e equipamentos na produ-

¹ Foram feitas tentativas de produção do cereal em Estados do Sudeste e Nordeste entre 1500 e 1950, mas que não apresentaram os mesmos resultados em termos de rendimento.

ção agrícola, em razão dos fortes subsídios governamentais. Este processo avançou para o oeste de Santa Catarina, Paraná, algumas regiões de São Paulo e, mais recentemente, para o Centro-Oeste brasileiro.

No entanto, jamais o Brasil conseguiu a auto-suficiência em relação a este cereal. Neste contexto, a Argentina se firmou como um importante fornecedor de trigo para o País. Tal realidade ganhou força com a consolidação do Mercosul a partir de 1991. Nessa época, o governo brasileiro já havia praticamente eliminado os subsídios ao setor tritícola, assim como deixou de comprar e estocar o produto, fazendo do mercado o elemento decisivo para o desenvolvimento da cultura no País, o que contribuiu para desestimular a produção tritícola nacional. Este conjunto de fatos colocou em xeque a sobrevivência da triticultura no Brasil, e particularmente no Paraná e Rio Grande do Sul, historicamente os dois principais Estados produtores do cereal.

2 O cultivo do trigo no Estado do Rio Grande do Sul²

Fundada em fevereiro de 1737, por Silva Pais, a povoação do Rio Grande do Sul receberia, em setembro do ano seguinte, sementes de trigo vindas de Curitiba por ordem de Gomes Freire de Andrada. Os primeiros imigrantes ocupantes da região dedicavam-se à criação, ou seja, não tinham grandes interesses na agricultura. Plantavam pouco, geralmente para consumo próprio.

A área de cultivo de trigo, em 1781, compreendeu as seguintes localidades: Caí, Cima da Serra, Encruzilhada, Estreito do Norte, Jacuí, Lombas, Porto Alegre, São Pedro e Povo Novo, Rio Pardo, Santo Amaro e Viamão. Grande parte dessas áreas, atualmente, acham-se incluídas nas zonas marginais e inaptas do Macrozoneamento agroecológico e econômico do Rio Grande do Sul.

Na cultura tritícola do passado, a mão-de-obra desempenhava um papel fundamental. A população riograndense era reduzida. Em 1744 foi calculada em 1.400 habitantes e, em 1822, teria atingido a 106.296 habitantes. Segundo espera-

² Com base em Copstein (apud EMBRAPA, 2003) e Brum (1988, p. 163).

vam as autoridades, a imigração açoriana (1748/1752) deveria dar outra feição ao aproveitamento da terra. A ela é costume creditar a expansão da triticultura gaúcha que teria vicejado até 1822.

Nessa população, só uma parte dedicava-se à agricultura e, entre os plantadores, seria preciso distinguir entre os brancos que decidiam o que cultivar, mas não plantavam, e os negros, a quem cumpria plantar e colher, sem decidir. O Rio Grande do Sul, como o Brasil branco de então, desprezava o trabalho braçal. Como o custo de um escravo era elevado e os açorianos muito pobres, os reflexos sobre a lavoura do trigo foram negativos naquela época.

Poucas são as estatísticas avaliadoras da produção total de trigo da Capitania. Em 1779, foi pouco inferior a 1.350 toneladas e em 1816 atingiu 10.800 toneladas, caindo, em 1822, para 3.600 toneladas. O Litoral era a região de maior produção, com 41% da área cultivada e 45% da safra, em 1781. Nesse ano, foram cultivados 21.712 hectares e colhidas 1.455 toneladas. O rendimento médio por hectare, de 66 quilos, fica muito aquém dos apregoados e existentes no mundo de então.

Os números reveladores das quantidades exportadas por Rio Grande e Porto Alegre são mais abundantes do que os referentes à produção. Formam duas séries: a primeira, referente ao quadriênio 1790/1793; e, a segunda, ao período 1805/1820. A menor exportação teria ocorrido em 1790, com 1.972 toneladas, e a mais alta, em 1815, com 7.788 toneladas. Pelo porto marítimo saíram, em cada ano, mais de 70% do grão exportado. O destino desse trigo, em altíssima proporção, era o Rio de Janeiro. Há registro de uma exportação para a Metrópole e fantasiosos relatos de remessas para os Estados Unidos, Repúblicas do Prata e Europa, exceto Portugal. Os dados de exportação serviram para a maioria dos estudiosos avaliar a importância atingida pela triticultura riograndense. O desaparecimento do grão da pauta da exportação marcou, segundo os mesmos, o cessar da cultura atribuído a razões que poderiam ter agido conjunta ou isoladamente.

Antes de examinar aquelas razões é preciso dizer que a triticultura continuou a ser praticada após 1822. O cultivo de trigo passou da área ocupada pela colonização de origem

lusa para a de origem alemã. Contudo, ali também o cultivo não perdurou. Os colonos italianos a retomaram mais tarde, produzindo mediocrementemente. Somente após a criação de novas variedades, na segunda metade do século XX, a lavoura de trigo riograndense atingiu produção mais rentável.

As causas mais indicadas para justificar o desaparecimento da triticultura na área de ocupação lusitana são a ferrugem, o calote governamental e o serviço militar. Assim, voltado para subsistência familiar, o trigo era cultivado nas pequenas propriedades rurais ocupadas por emigrantes e seus descendentes.

Duas considerações merecem ser feitas. A ferrugem não ocorreu apenas nos trigais do Rio Grande do Sul e em nenhum outro lugar seus efeitos terminou com a cultura do cereal. Quanto ao seu surgimento no Estado, o período mais nefasto teria ocorrido entre 1810 e 1820. Foi nesse decênio que aconteceram as maiores saídas anuais de trigo dadas como procedentes do Estado gaúcho. Além disso, há registro do aparecimento da ferrugem bem antes desta época.

Por outro lado, as guerras luso-espanholas, que se refletiam obrigatoriamente no Prata, convocando os filhos dos agricultores, desfalcariam a lavoura de mão-de-obra. Sabendo-se que o trabalhador da terra era o escravo e que as propriedades, quando os senhores dela se afastavam, ficavam sob a direção das mulheres, pode-se concluir que mais prejudicial do que o afastamento dos convocados seria o estado de beligerância. Sem considerar que o governo não ressarcia os produtores pelo fato dos mesmos irem à guerra e deixarem suas atividades econômicas no abandono.

Sem negar que qualquer um dos fatores indicados poderia ter influenciado na colheita do trigo, não se pode aceitar unicamente as suas responsabilidades no desaparecimento da cultura. Mais do que eles, isolados ou combinados, a inadequação natural da área plantada, as práticas rotineiras e atrasadas trazendo baixos rendimentos, a escassez da mão-de-obra e, principalmente, a concorrência pouco lembrada. Neste contexto, o fator de maior reflexo sobre a cultura do trigo no Rio Grande do Sul foi o contrabando do cereal vindo dos países vizinhos.

No entanto, a pequena produção interna era insuficiente para atender ao consumo da população do país. Por isso, desde 1820 o Brasil passou a ser importador de trigo e farinha de trigo, principalmente da Argentina, Uruguai, Estados Unidos e Canadá.

Até o início do século XX, a grande maioria da população brasileira vivia na zona rural. O consumo de trigo ainda era pequeno, não exigindo vultosas importações. Com o processo de industrialização e de urbanização, a partir da Primeira Guerra Mundial (1914/1918), o consumo passou a crescer sensivelmente e, com ele, a necessidade de maiores importações do cereal.

Diante das dificuldades que o país enfrentava nas exportações dos seus produtos destinados ao mercado externo, o governo reforçou suas preocupações com medidas visando ao aumento da produção interna de trigo para abastecimento das populações urbanas.

As primeiras medidas oficiais, objetivando uma produção tecnicamente avançada de trigo no Rio Grande do Sul, foram tomadas em 1928, por Getúlio Vargas, então presidente do Estado. Foram criadas, na ocasião, estações fitossanitárias experimentais, quando técnicos brasileiros deram origem a variedades novas, melhor adaptadas ao meio. Depois de 1930, com Getúlio Vargas na Presidência da República, aumentaram as preocupações em relação à produção nacional de trigo, que se traduziram em várias medidas legais numa crescente intervenção do Estado neste setor.

O trigo deu início a uma fase de desenvolvimento econômico, na região do Planalto do Rio Grande do Sul e no sul e noroeste do Paraná. As estruturas de produção agrícola, industrial e comercial, foram profundamente modificadas com a introdução de novas mentalidades de gerenciamento e da predisposição a correr riscos. Essa nova classe rural simbolizou um rompimento com a tradicional classe pecuarista, geralmente dedicada à criação extensiva, e avessa a riscos de produção (Tomasini et al., 1998).

A partir dos anos de 1950, o crédito fácil, a juros favorecidos, e a garantia de preço estável tiveram importante papel na expansão da triticultura gaúcha. O maior problema estava na comercialização, uma vez que o trigo estrangeiro, além de

ser de melhor qualidade, era mais barato, o que deu origem aos abusos conhecidos como “trigo-papel”, expediente utilizado pelos moinhos e outros interessados, com o objetivo de burlar as normas legais vigentes sobre o assunto e aumentar substancialmente os seus ganhos. Várias fortunas se originaram por essa forma. Para coibir essa fraude, a partir de 1962 o governo instituiu a estatização da comercialização do trigo, estabelecendo o Banco do Brasil como o único comprador do cereal no país.

No início da década de 1970 esgotou-se a expansão da lavoura de trigo no Rio Grande do Sul. De 1972 em diante ocorreu acentuado declínio desta cultura no Estado, motivado principalmente pela baixa produtividade e pelas freqüentes frustrações de safras. De fato, trata-se de uma lavoura extremamente delicada e insegura, muito frágil aos flagelos climáticos e às doenças e pragas. Seu rendimento em cada safra tem sido muito variável e incerto.

A produtividade era muito baixa. No decorrer de 37 anos (1950/1986), em apenas sete deles o rendimento médio no Estado ultrapassou 1.000 quilos por hectare, sendo que o índice mais elevado de produtividade ocorreu em 1986, com 1.376 quilos por hectare.

Já no período de 1987 a 2002 essa produtividade cresceu graças ao avanço da tecnologia direcionada ao cereal, chegando à média de 1.541 quilos por hectare, porém, ainda insuficiente para manter o cultivo de forma sustentável no Rio Grande do Sul. Nos países onde a cultura do trigo se encontra bem desenvolvida a produtividade média situa-se em torno de 8.000 quilos por hectare.

Neste contexto, tem-se a impressão de que no Rio Grande do Sul a triticultura vive de esperança. Não conseguiu se tornar uma lavoura consolidada. E é provável que não venha a consegui-lo, embora o produto tenha boas possibilidades para se desenvolver no inverno. A cultura do trigo, mesmo sendo de alto risco, não encontra outras culturas de inverno concorrentes que sejam viáveis e confiáveis, possibilitando um melhor aproveitamento das terras do Sul do Brasil nessa época do ano. Desse modo, o trigo aparece como a melhor alternativa para as lavouras de inverno.

A redução do crédito e os altos custos de produção tornam esta cultura ainda mais problemática. Em conseqüência, prevê-se que o comportamento dos agricultores em relação à mesma continuará sendo de prudente cautela, salvo um retorno do apoio oficial. A área plantada deverá apresentar flutuações anuais. Todavia, não deverá ocorrer o abandono da cultura, mantendo-se ela como lavoura secundária, em alternância com a soja. Observa-se uma evolução no sentido da seleção de áreas mais adequadas ao plantio do trigo, aumentando-se os cuidados e introduzindo-se progressivamente a rotatividade de áreas. Neste sentido, o zoneamento agrícola transformou-se num avanço à cultura.

3 Os Impactos da abertura comercial do Brasil nos anos de 1990

Na história recente do país, 1990 foi um ano de inflexão importante para a cultura do trigo, com a saída definitiva da atuação do Estado em relação a esse cereal. Fatores como a Lei 8.096 de 21/11/1990, os preços subsidiados no mercado internacional, as taxas de juros e os prazos de pagamento diferenciados acabaram pegando o produtor brasileiro sem capacidade de competição. Neste contexto, contou muito a criação do Mercosul, a partir de 1991, na medida em que a Argentina é um forte produtor e exportador do cereal.

3.1 *Evolução da área, da produção e da produtividade da cultura de trigo no Brasil*

O Brasil se destaca como um dos principais importadores de trigo do mundo. A demanda total do cereal no país, em 2003, foi de 11,2 milhões de toneladas (incluindo farinha, ração e sementes). A produção brasileira de trigo montou a 5,4 milhões de toneladas, apenas, com os Estados do Rio Grande do Sul e do Paraná participando com 90,5% desse total. Em 2003, os gaúchos plantaram 1,03 milhão de hectares. Esta área resultou numa produção final de 2,02 milhões de toneladas, com um rendimento de 2.000 quilos/hectare, ou seja, 37,4% da produção nacional. Salienta-se que esta foi a maior produção gaúcha do cereal em sua história. Apesar da cultura ter sido introduzida primeiramente no Rio Grande do

Sul, é o Paraná que apresenta a maior produção e os mais altos rendimentos.

Em 2004, o Brasil plantou 2,64 milhões de hectares, sendo que o Rio Grande do Sul contribuiu com 1,08 milhão de hectares. Nesse ano, a produção brasileira alcançou cerca de 6,0 milhões de toneladas e a do Rio Grande do Sul 2,0 milhões de toneladas. Ao mesmo tempo, a produtividade final ficou ao redor de 2.200 quilos/hectare no país, recuando para 1.850 quilos no Estado. No entanto, a qualidade do produto, em função do clima, deixou a desejar neste último ano, particularmente no Rio Grande do Sul onde o PH médio ficou entre 70 e 76 quando o considerado aceitável ocorre acima de 78³.

As importações brasileiras de trigo somaram 5,5 milhões de toneladas em 2004, fato que elevou a oferta total acima de 11,5 milhões de toneladas nesse ano. Enquanto isto, o consumo total chegou a 10,4 milhões de toneladas, sendo 10,3 milhões de toneladas de farinhas e 112 mil toneladas de ração animal. Considerando as reservas para sementes, o consumo total chegou próximo de 11 milhões de toneladas. Como se percebe, o país continua dependendo, em cerca de 50% de suas necessidades, das importações desse cereal⁴.

No Estado do Rio Grande do Sul, no período compreendido entre 1962 e 2003, o aumento da área plantada com trigo foi de 220%, sendo o maior crescimento registrado entre 1962 e 1969. A partir de 1983, a área plantada no Estado apresentou constante redução, com exceção de alguns picos nos anos de 1982, 1986 e 1988, voltando a apresentar bons índices em 2003. Em 1979, o Estado do Rio Grande do Sul perdeu a liderança, em termos de área cultivada, para o Estado do Paraná, mantendo-se em segundo lugar desde então.

Apesar do aumento do rendimento, a produção de trigo no Rio Grande do Sul apresenta um comportamento muito instável devido à forte influência do clima sobre a cultura e as constantes altas e baixas da área plantada com o cereal, particularmente a partir de 1990.

A produtividade foi a maior responsável pelo aumento da produção mundial e nacional nas últimas décadas. No Brasil,

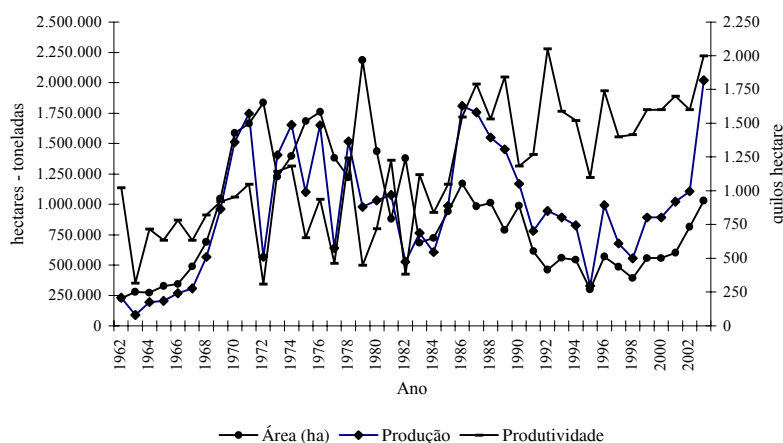
³ Cf. CONAB e Safras & Mercado (2003).

⁴ Cf. SECEX/MDIC e Safras & Mercado (2003).

a produtividade cresceu graças ao melhor comportamento da mesma junto aos seus dois principais produtores, Paraná e Rio Grande do Sul. Observando-se a evolução da produção por área, observa-se que o Rio Grande do Sul, desde 1962, jamais obteve uma produtividade média superior à paranaense, salvo em anos esporádicos, quando as lavouras do Paraná foram atingidas por intempéries. Isto significa dizer que, entre 1962 e 1979, a maior produção gaúcha se deu em função do aumento da área plantada e não pelo aumento da produtividade. Melhores terras e mesmo clima mais favorável, geralmente responderam melhor à produção de trigo no Estado do Paraná do que no Estado do Rio Grande do Sul.

Porém, o aumento de rendimento registrado no RS é significativo, dado que esta não é a sua principal cultura. Os melhores resultados na produtividade podem ser observados a partir de 1984, quando houve uma melhoria significativa dos mesmos.

O Gráfico 1 mostra o comportamento da área plantada, da produção e do rendimento do trigo no Estado do Rio Grande do Sul, pode se observar o desenvolvimento da cultura ao longo das últimas quatro décadas.



FONTE: CTRIN/BB e CONAB/DIDEM. In.: EMBRAPA (2003).

Gráfico 1 – Evolução da área (ha), produção (1000 t) e rendimento (kg/ha) do trigo no Rio Grande do Sul, 1962/2003

3.2 Preços pagos pelo trigo

Especificamente em relação aos preços praticados junto aos produtores de trigo do Rio Grande do Sul, num amplo período (1967 a 2002), observa-se até o ano de 1986 uma tendência de aumento dos preços pagos ao produtor de trigo no Estado. A partir daquele ano há uma contínua redução dos mesmos. Este comportamento segue uma tendência de acompanhamento dos preços internacionais e, a partir de 1987, a uma significativa redução dos subsídios do governo brasileiro à comercialização do produto. Vale lembrar que o país, historicamente, sustentou um preço mínimo oficial, negociado, visando estimular a cultura. A produção era vendida ao governo, até 1990, pelo preço mínimo pré-estabelecido, caso o mercado não pagasse preço mais alto.

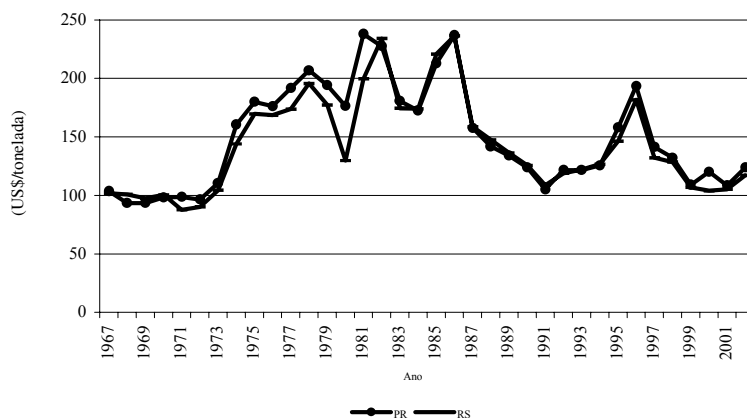
Após 1990, o governo continuou divulgando o preço mínimo para a comercialização, porém, dificilmente comprou o produto a tal valor. Foi o caso da produção de 2003, que foi comercializada abaixo do valor oficial do governo, em sua maior parte, a ponto induzir os produtores a exportarem trigo, fato que havia ocorrido pela última vez somente em 1820⁵.

Por sua vez, em relação ao produtor paranaense, o preço recebido pelo produtor gaúcho é geralmente menor. Isto se deve a dois fatores: primeiro, o Paraná colhe mais cedo (setembro), entrando no mercado no momento em que não há muito trigo disponível; segundo, o produto paranaense seguidamente alcança uma qualidade superior ao trigo gaúcho.

Assim sendo, temos que, no período de 36 anos aqui considerado, a média dos preços recebidos pelo trigo no Rio Grande do Sul, entre 1967 e 2002, ficou em US\$ 129,32/tonelada, enquanto no Paraná a mesma alcançou US\$ 133,00/tonelada (Gráfico 2)⁶.

⁵ Informações extra-oficiais dão conta de que o Rio Grande do Sul teria exportado 1,3 milhão da safra colhida em 2003.

⁶ Não foram computados nestas médias os anos de 1978, 1979 (exclusivamente para o Rio Grande do Sul), 1981, 1982, 1985, 1986 e 1996, pois os mesmos registraram preços muito elevados, fato que distorce o resultado.



FONTE: EMBRAPA (2003).

Gráfico 2 – Preço médio do trigo no Rio Grande do Sul e Paraná, 1967/2002

3.3 Custo de produção⁷

Os gastos com construções, benfeitorias e transporte são as menores rubricas dos custos da lavoura de trigo. Em relação às construções e benfeitorias, que correspondem a menos de 5% dos custos totais, observa-se que as propriedades no RS são de pequeno e médio porte. Portanto, os produtores não realizam investimentos para armazenagem no local, enviando sua produção para as cooperativas. O transporte aumenta a participação dessa rubrica no total dos custos de produção de trigo, chegando a ultrapassar os 5% em 2000.

Em média, o arrendamento representou, na última década, 10% a 12% dos custos, com variação em função da valorização do trigo, mas também da soja. Nos últimos anos, as propriedades rurais conheceram uma grande valorização; com isso, elevou-se significativamente o custo de arrendamento nos custos totais, situando-se entre 10% a 15% entre o fim da década de 1990 e início da década de 2000.

⁷ Em relação às despesas de produção será analisado o comportamento dos custos de produção para uma lavoura mecanizada nível II, no período de 1977 a 2003.

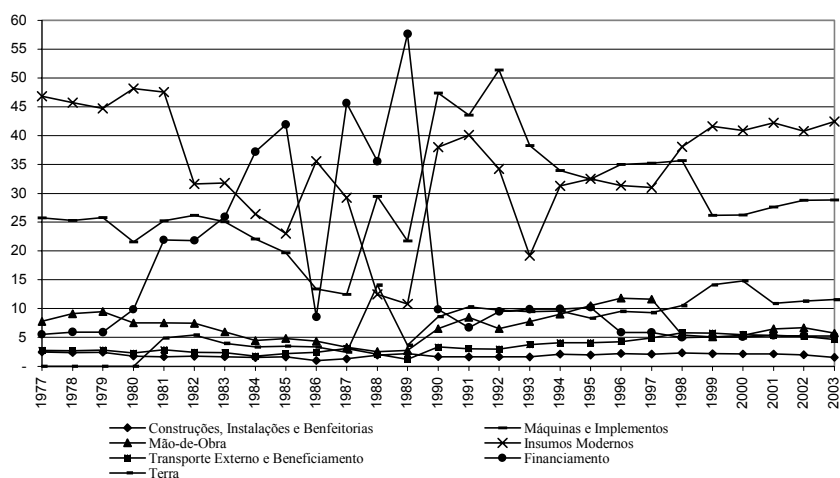
O custo com mão-de-obra, por sua vez, apresenta grandes oscilações no período analisado; porém, sua média ficou em torno de 5% a 10% dos gastos da propriedade. No Rio Grande do Sul, especificamente, a maior parte da mão-de-obra empregada na lavoura é familiar; logo, as famílias não possuem um controle rigoroso do custo de seu trabalho, o que faz com que este fator de produção não tenha participação significativa no cálculo dos custos individuais dos produtores.

Os maiores gastos, bem como as maiores oscilações, encontram-se nos fatores máquinas e implementos, insumos modernos e financiamento. Destes, apenas os gastos com financiamentos apresentaram redução. Isto se explica pelo fato de que, na segunda metade dos anos de 1980, quando o Brasil obteve as maiores produções e maiores elevações de produtividade, destacou-se a atuação do chamado "Grupo do Trigo", colegiado formado por entidades públicas e privadas, em nível estadual e nacional, que sugeriu medidas técnicas e políticas de incentivo ao desenvolvimento da triticultura nacional (EMBRAPA, 2003), fato que gerou novas fontes de financiamento para a cultura. A partir de 1991, quando se consolidou o Mercosul como área de livre comércio, eliminaram-se as barreiras tarifárias entre os países membros e acabou-se com o subsídio à produção agrícola por parte do governo, dificultando o acesso ao crédito. Os gastos, que chegavam aproximadamente a 55% do total das despesas nessa rubrica, no final da década de 1980, em 2003 não passaram de 5%. O custo do dinheiro, associado às incertezas da cultura, levou os produtores a optarem pelo cultivo de suas lavouras com recursos próprios.

As despesas com insumos modernos, hoje em torno de 40% do custo total de produção, explicam o aumento de produtividade que vem sendo registrado anualmente, favorecendo a produção em maior escala. Assim, o aumento das pesquisas e adoção de novas tecnologias no setor exige sempre que as propriedades melhorem a qualidade dos insumos utilizados. Enfim, os gastos com máquinas e implementos apresentaram um significativo aumento em relação ao início do período estudado, apesar de ter havido grandes oscilações. Nesta rubrica, a instabilidade se deu pelo desempenho ser condicionado ao resultado das safras agrícolas, o que acaba refletindo na capacidade de investimento das propriedades.

Ao mesmo tempo, a valorização de uma cultura concorrente, a soja, aumentou o preço das máquinas e implementos, penalizando relativamente cultura do trigo.

O Gráfico 3 reflete a participação de cada rubrica na composição dos custos de produção da lavoura de trigo no Estado do Rio Grande do Sul, no período dos últimos 27 anos, a contar a partir de 1977.



FONTE: FECOTRIGO/FECOAGRO.

Gráfico 3 – Custo de produção para uma lavoura de trigo mecanizada tipo II, no Rio Grande do Sul, 1977/2003

4 Considerações finais

Através da história da colonização do Estado do Rio Grande do Sul é possível perceber a importância da produção desse cereal na cultura gaúcha. Porém, mais significativos ainda são seus reflexos econômicos. O trigo se apresenta como uma boa alternativa para a produção agrícola no inverno, e por ser um bem essencial na alimentação humana. Apresentando uma demanda inelástica, significa que seu consumo praticamente não varia em relação às oscilações de seus preços.

As especificidades da sua produção, a começar pela grande vulnerabilidade climática, somadas à redução dos subsí-

dios à cultura, fez com que muitos produtores abandonassem a produção de trigo ou não realizassem os investimentos necessários para o aumento da produção, prejudicando a cultura no país e no Estado. Tal realidade se agravou com o advento do Mercosul, na medida em que o Brasil passou a privilegiar a importação do trigo argentino. No entanto, a capacidade de produção no Estado do Rio Grande do Sul depende fundamentalmente do avanço das técnicas de produção, da oferta de insumos e do manejo do solo. O que dificulta o aumento da produção são os problemas encontrados na comercialização das safras, em função dos baixos preços pagos aos produtores de trigo, devido a um comportamento desarmônico da cadeia produtiva do cereal, na qual as indústrias compradoras (moinhos) funcionam praticamente em regime de oligopsônio, impondo preços, o que prejudica os agricultores.

Na prática, apesar dos esforços das pesquisas em todas as áreas e dos reais avanços conquistados, o Brasil ainda não conseguiu produzir trigo mais competitivo o suficiente para impedir o predomínio do produto argentino, sobretudo após a consolidação do Mercosul. Além disso, por questões de solo, clima e custos de produção elevados, a produção brasileira encontra dificuldades para avançar além do que se conseguiu, ou seja, cerca de 50% das necessidades de consumo nacional. A elevação dos custos de produção internos, diante de uma produção argentina bem mais barata, praticamente tem eliminado a possibilidade de produção de trigo com tecnologia mais avançada junto ao grande número de produtores, em especial aqueles com menor área semeada.

Em função disso, a triticultura nacional conta muito com a continuidade das pesquisas por parte da EMBRAPA, da FUNDACEP e de outros centros de excelência no Brasil. Necessita-se da obtenção de variedades ainda mais adaptadas ao nosso clima e solo, visando o aumento da produtividade e, por conseqüência, da renda dos produtores rurais que se dispõem a produzir o cereal.

5 Referências

ABITRIGO. *A história do trigo*. Associação Brasileira da Indústria do Trigo. Disponível em: <<http://www.abitrigo.com.br/port/histor.htm>>. Acesso em: 11 dez. 2002.

- BAGGIO, M. I. *Genética e Nova biotecnologia no melhoramento do trigo*. Passo Fundo: EMBRAPA. Trigo. Disponível em: <http://www.cnpt.embrapa.br/agromet/b_500.html>. Acesso em: 15 jun. 2003.
- BOMBARDIERI, J. F. *Análise comparativa do trigo nacional e do trigo importado nos moinhos da Região Noroeste do Rio Grande do Sul*. Monografia – Departamento de Economia e Contabilidade, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, UNIJUÍ, Santa Rosa, 2001.
- BRUM, Argemiro L. *A modernização da agricultura: trigo e soja*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- _____. (Coord.). *Mercosul: as dificuldades de uma integração e os impactos econômicos sobre as cadeias de produção de trigo, soja, milho, suíno e aves*. Ijuí, 1993. v. 1.
- _____. *Análise da competitividade das principais cadeias agroindustriais do Mercosul: trigo, soja, milho, suíno e aves*. Ijuí, 1994. v. 3.
- CUNHA, G. R.; TROMBINI, M. F. (Org.). *Trigo no Mercosul: coletânea de artigos*. Brasília: EMBRAPA, 1999.
- CUNHA BAYMA. *Trigo*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, Serviço de Informação Agrícola, 1960. v. 1. 361p.
- EMBRAPA. 35ª Reunião da Comissão Sul-Brasileira de Pesquisa de Trigo – Algumas considerações sobre a cultura de trigo. *Anais eletrônicos...* Passo Fundo: EMBRAPA, 2003. Disponível em: <<http://www.cnpt.embrapa.br/rsbpt03/considera.htm>>. Acesso em: 19 jun. 2003.
- FERNANDES FILHO, J. F. *Análise da política brasileira de fomento à produção de trigo – 1930/1990: um caso particular de continuidade*. Tese (Doutorado) – Pós-Graduação da Fundação Getúlio Vargas/EAESP, Uberlândia, 1996.
- HUBNER, O. *Trigo*. Disponível em: <<http://www.pr.gov.br/seab/deral/culturas1.rtf>>. Acesso em: 11 dez. 2002.
- _____. *Aspectos da Agropecuária Paranaense – Trigo*. Disponível em: <<http://www.pr.gov.br/celepar/seab/aspectos/trigo.html>>. Acesso em: 10 set. 2003.
- JACOBSEN, L. A. *Trigo*. Série Realidade Rural. Porto Alegre: EMATER/RS-ASCAR, 2003.
- _____. *Novo cenário para a triticultura*. Passo Fundo: EMBRAPA Trigo. Disponível em: <http://www.cntp.embrapa.br/agromet/bo_tri6.html>. Acesso em: 12 mar. 2003.
- _____. *Um pouco de história e política do trigo*. Passo Fundo: EMBRAPA Trigo. Disponível em: <http://www.cntp.embrapa.br/agromet/b_5006.html>. Acesso em: 12 abr. 2003.
- SAFRAS & MERCADO, ano XXVII, n. 1276, 01 dez. 2003.
- TOMASINI, R. G. A.; AMBROSI, I. Aspectos econômicos da cultura de trigo. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v. 15, n. 2, p. 59-84, maio/ago. 1998. Disponível em: <<http://www.atlas.sct.embrapa.br/pdf/cct/v15/cc15n204.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2003.